



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Ciências Humanas Campus IV- Jacobina
Colegiado de História

Kelizângela Rodrigues Rocha Reis Santos

Memórias do Trabalho Infantil:
A cultura sisaleira na cidade de Várzea Nova-BA (1970-1990)

Jacobina
2016

Kelizângela Rodrigues Rocha Reis Santos

Memórias do Trabalho Infantil:

A cultura sisaleira na cidade de Várzea Nova-BA (1970-1990)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
e Colegiado de História como requisito final
para obtenção de título de Licenciatura em
História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carmélia Aparecida Silva Miranda

Jacobina
Outubro de 2016

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa monografia, em especial a minha orientadora Carmélia Miranda. Agradeço também ao professor Valter de Oliveira, por sua atenção e paciência. Dedico essa monografia a todos os integrantes de minha família, dentre eles: Orionete, Ângelo Carlos, Carlos, Ângelo, Cláudia, Miquesia, Gildione, Ketllyn, Kaique e Dalva, pessoas que acreditaram no meu potencial e não mediram esforços no intuito de ajudar desde o início da minha jornada acadêmica. Nessa perspectiva, agradeço em especial aos meus colegas de curso: Milena, Erivaldo, Manoel e Raian, pessoas generosas e compreensivas. Para não cometer nenhuma injustiça mando meus agradecimentos de forma geral a todos que sempre estiveram comigo nessa caminhada, especialmente nas horas mais difíceis.

Também agradeço ao Colegiado e aos Professores e todos os Técnicos da Universidade do Estado da Bahia.

Resumo

A pesquisa monográfica tem como foco analisar as práticas do trabalho infantil na cultura sisaleira da cidade de Várzea Nova-BA entre os anos de 1970 a 1990. Busco compreender caminhos e os delineamentos do trabalho físico (braçal) de crianças nos campos de sisal. Entender ainda como o trabalho infantil, considerado por grande parte da população varzeanovense como normal, caracteriza infelizmente a realidade infantil da época focalizada entre os anos 1970 a 1990. Dentro dessa problemática do trabalho infantil, podemos sugerir que as crianças varzeanovenses não estavam preparadas para desempenhar função de mão de obra para o serviço nos campos de sisal, uma vez que, elas estavam na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Nessa perspectiva, a pesquisa procura contribuir para os estudos sobre as experiências de trabalho das mais variadas e controversas possíveis, dessa forma, procura entender que tipo de relações sociais eram estabelecidas nesses campos e quais os direitos assegurados a esses “trabalhadores infantis”, levando-se em conta obviamente a singularidade do universo rural. A intencionalidade promovida com o desenvolvimento dessa pesquisa tem suporte nas discussões mais atuais sobre o conceito de infância, além da relevância sócio histórica das vivências e práticas do trabalho infantil na cultura sisaleira de Várzea Nova. Nessa perspectiva, busquei nas fontes citadas, entender a mentalidade da comunidade sobre a existência do trabalho infantil nos campos de sisal, cruzando-as com fontes produzidas por órgãos governamentais e não governamentais consegui perceber um verdadeiro paradoxo, pois cheguei à conclusão que havia um discurso contundente condenando o trabalho infantil, mas sua prática era extremamente naturalizada pela comunidade. A contribuição do Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova e as fontes escritas me possibilitaram a crítica e a contextualização da criação do PETI no município de Várzea Nova. A fundamentação teórica guarda estreita relação com a historiografia sobre o trabalho, especialmente com as discussões promovidas por Thompson com referência aos camponeses ingleses. A opção teórica geral exigiu uma discussão específica sobre trabalho infantil em consonância com a memória, nesse sentido foi fundamental importância as contribuições de Maurice Halbwachs e Ecleia Bosi.

Palavra Chave: Memória, trabalho e cotidiano.

Lista de fotos

Foto 1: Benção do primeiro motor de sisal de Várzea Nova

Foto 2: Registro dos cortadores e carregadores de palha de sisal

Foto 3: O trabalho do “*cevador*”.

Foto 4: As várias atividades do “*resideiro*”

Foto 5: Local onde estende a fibra

Foto 6: O trabalho desempenhado por mulheres

Foto 7: Escolas e Movimentos sociais desfilando no 7 Setembro em Várzea Nova, destaque para a bandeira com um desenho de sisal entre as bandeiras do Brasil e da cidade

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
VIVÊNCIAS INFANTIS: A LABUTA NOS CAMPOS DE SISAL EM VÁRZEA NOVA.....	14
1.1. A entrada do sisal em Várzea Nova	16
1.2. Práticas do trabalho infantil na cultura do sisal	22
1.3. O trabalho rural e os riscos encontrados nos campos de sisal.....	29
A IMPLANTAÇÃO DO PETI NO MUNICÍPIO.....	39
2.1. Trabalho Infantil na década de 1990	39
2.2. Implantação do PETI	41
2.3. A mobilização da sociedade varzeanovense em torno do PETI.....	45
2.4. Os desafios do programa social	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
FONTES.....	57

INTRODUÇÃO

*Terra fértil, fibra forte
O sisal nos emancipou
Com trabalho e dedicação
Construiremos a nova nação
Várzea Nova...
Várzea Nova...
Tu és menina e formosa.*

(Hino de Várzea Nova)

O objetivo dessa pesquisa é discutir sobre a história social dos trabalhadores infantis na cidade de Várzea Nova-BA, centrando-se no trabalho que por longos anos foi realizado nos campos de sisal do município, realidade vivenciado por mim na infância e na juventude como moradora de zona produtora de sisal, suscitando assim o interesse pelo trabalho infantil enquanto temática de pesquisa pertinente a ser desenvolvida no âmbito acadêmico. Desde as primeiras inquietações da juventude já se mostrava com uma tendência as Ciências Humanas, dando especial atenção às questões relacionadas ao mundo rural, do trabalho e questões agrárias. Em consequência dessas tendências foi crescendo em mim o interesse sobre o tema proposto, fruto da indissociabilidade da minha trajetória social e política enquanto líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, época em que passei a representar como mediadora dos trabalhadores e suas famílias que por sua vez eram repletas de crianças que tinham em sua dinâmica cotidiana o trabalho árduo que girava em torno do motor de sisal.

Tento demonstrar através de estudo minucioso de décadas anteriores que o trabalho infantil era uma prática normalizada pela sociedade rural e citadina de Várzea Nova, mediante o mecanismo da memória podemos perceber esse contexto dos depoentes. A denúncia desse contexto pode ser verificada na memória narrada que obviamente busca suporte no presente, mas traz a tona um passado de trabalho infantil incontestável. Crianças que hoje adultas lembram-se de um passado em que o brincar era interrompido pela labuta diária, onde a condição de pessoa em desenvolvimento era ignorada levando-os a trabalhar em jornadas duríssimas dentro de campos de sisal. A implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, trouxe mudanças significativas à realidade desse público, que saindo dos campos de sisal foram

contemplados com maior tempo para os estudos, em contrapartida deixaram o trabalho principalmente sisaleiro.

O Programa PETI foi uma alternativa que vinculava crianças em processos educacionais sem prejuízo de um subsídio financeiro, por esse motivo era conveniente para as famílias matricular suas crianças nesse programa. Como estou objetivando discutir sobre a memória dos trabalhadores infantis na cultura do sisal, o PETI não pode ser separado dessa tessitura que compunha o trabalho infantil. É reconhecido nacionalmente que as crianças do sertão baiano serviram de trabalhadores entre as décadas de 70 e 90, quando o beneficiamento do sisal estava em sua ascensão e a produção era vultosa. Nesse contexto, as crianças sertanejas oriundas de famílias pobres não tiveram possibilidade de frequentar ambientes escolares, pois tinham que trabalhar para ajudar os pais no sustento familiar.

Em 1946, a vila de Várzea Nova era uma sub-região do município de Jacobina que se destacava pelo processo acelerado de crescimento, foi neste ano que se celebrou em praça pública a tão famosa missa para abençoar seu primeiro motor de sisal, missa celebrada pelo padre austríaco Alfredo Haasler. Vigário da Paróquia de Santo Antônio da Jacobina. Na ocasião, estiveram presentes quase todos os moradores da vila para testemunhar um acontecimento emblemático. Associada a simbologia da benção ao primeiro motor de sisal podemos destacar o amplo e irrestrito uso de mão de obra infantil nos campos de sisal, prática enquadrada como comum no município de Várzea Nova entre as décadas de 1970 e 1990. Crianças entre 7 e 8 anos tiveram que trabalhar em jornadas exaltantes para contribuir no sustento familiar, ou seja, na compra de alimentação, na compra de insumos básicos e medicamentos.

O desenvolvimento econômico, cultural e político de Várzea Nova se baseou por muito tempo na sustentabilidade da produção sisaleira e principalmente na elevação econômica da elite do sisal como políticos carismáticos, segmento da sociedade que vivia da exploração desses trabalhadores, incluindo as crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, empresários, comerciantes e população se posicionou omissa ao trabalho infantil, seja direta, ou indiretamente.

A construção desse estudo foi possível a partir do desenvolvimento da metodologia de fontes orais, captadas mediante vivência no cotidiano das famílias. Vale ressaltar que o dispositivo da memória identifica lembranças do passado para responder as demandas do presente. Pesquisando o cotidiano dos trabalhadores infantis constatei

uma série de características comuns como o medo, a falta de perspectiva de vida, num trabalho de sol a sol para ajudar no sustento da família. Esta pesquisa terá como fonte primordial os depoimentos orais desses antigos trabalhadores infantis do sisal.

Essa pesquisa tenta se inserir na perspectiva do desenvolvimento econômico, cultural e social do local, buscando rupturas e permanências que possam refletir as condições de vida de famílias tradicionais. Problematizando O *slogan* mitológico que atribui a Várzea Nova o título de cidade sisaleira, título que promoveu a entrada de diversos programas sociais em momentos mais recentes, tais como Bolsa Família, o crédito rural, dentre outros. As fontes de pesquisa são baseados em fontes orais e escritas. Desconheço trabalhos dessa natureza na região, a temática do trabalho infantil nos campos sisal se configura como inéditos e por esse motivo adquire relevância social.

A narrativa será utilizada para desenvolver a pesquisa, as práticas do trabalho de crianças, o cotidiano vivenciado diariamente nos campos de sisal para ajudar os pais no sustento da família são memórias que se aproximam as narrativas do entorno da cidade de Várzea Nova em meados da década de 1980.

O universo da criança trabalhadora esteve centralizado na produção da fibra, o trabalho infantil era preponderante, inserido no dia a dia das crianças. Trabalhar para aumentar o ganho, e possivelmente comprar o pão. Segundo SANTANA (1998, p. 54) “O mundo da criança imbricava-se objetivamente com atividades referentes aos trabalhos dos adultos”. O trabalho representava o universo da criança, com as atividades sendo realizadas igualmente as dos adultos.

Há um longo debate entre sociedade civil e poder público para buscar alternativas para a situação do trabalho infantil em Várzea Nova, foi resultado do importante trabalho de conscientização de representantes das Associações Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Órgãos não Governamentais e representantes dos governos municipais, estaduais e federal. Com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, as crianças ao irem para a escola estavam distantes do trabalho e de certa forma estavam amparadas pelo Programa Social do governo.

Alguns autores demonstram a importância da memória para pesquisa histórica. Para BOSI (1983, p. 408), “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de

convivência familiares, escolares ou profissionais”. A memória é desenvolvida por laços familiares, pais e crianças realizando atividades agrícolas em um sentimento de pertencimento ao campo. Por sua vez, a lembrança é fruto do caminho percorrido da casa para o trabalho no campo de sisal.

O contexto anterior pode ser claramente percebido na oralidade, nessa vertente a contribuição da história oral, a narrativa de trabalhadores infantis e sua importância definida pela memória individual, são elementos essenciais nessa pesquisa. Contudo a fonte oral não é exclusiva, no percurso utilizei de iconografias e documentos escritos, fontes que possibilitaram uma complexidade nos relatos do cotidiano de trabalho exercido durante a década de 70 a 90. Foi gratificante se debruçar sob a experiência dos sujeitos silenciados e excluído pela História, nesse contexto muito contribuiu os escritos de THOMPSON com sua história vista de baixo, autor que me levou a perceber que a história do local traz para a historiografia uma nova abordagem.

A historiografia ao longo dos anos vem dando voz aos excluídos da história, aqueles que foram inviabilizados dos processos de longa duração passam a emergir a partir da contribuição da história cultural que teve seu início em meados da década de 1980, nessa perspectiva os excluídos da história são de extrema importância essa pesquisa. Crianças que hoje são adultas será o autor social principal para construção e realização deste texto monográfico. A partir de seus relatos reconstruí sua infância sofrida por meio da lembrança que até hoje está guardada na memória.

É de suma importância para a Academia tal pesquisa, pois utiliza-se de uma metodologia que comporta tanto histórias orais na relação entre experiências e vivências diretamente com os trabalhadores, como também aborda, por meio da memória, os momentos sofridos por grande parte da população infantil aqui citada. Propõe também uma escrita da história, onde os sujeitos excluídos da sociedade elitizada tinham suas vozes reconhecidas. Reflete uma nova percepção de uma vida singular que não houve registros e ao mesmo tempo valoriza a memória como fonte não escrita, possibilitando a reconstrução do fato ocorrido em décadas anteriores.

MOURA (1986, p. 52), em pesquisa sobre os camponeses salienta que “uma das representações marcantes do camponês brasileiro é a consciência da exploração e dominação que sofre”. É provável que a exploração desses trabalhadores infantis tenha marcado sua vida significativamente com uma dura jornada de trabalho.

A partir de meados de 1970, o trabalho infantil se intensificou. As memórias dessas crianças remetem a definições típicas como peões de sisal, “*resideiros*”, cortadores e carregadores, durante a década de 1980 a 1990 muitos lembraram sua trajetória no movimento pela luta pela terra. O acadêmico Martins dos Santos escreveu um artigo extremamente propício nesse sentido: “Os trabalhadores em movimento: Sindicalismo em Várzea Nova”, texto que demonstra a situação em que esses trabalhadores vivenciaram entre as décadas de 80 e 90.

BOSI (1983, p. 428), em importante estudo sobre a memória, diz que “não foram os livros que me formaram: foi meu pai, minha mãe, o modo de vida de casa muito austero”. As crianças relatam que em certo momento de sua vida, a educação é dada pelo trabalho, pois criança precisa trabalhar para ser alguém na vida, assim não tiveram oportunidades de frequentar à escola e lamentam por não ter instrução.

Ciente desses problemas afirmo que os historiadores pesquisam por meio da história oral, método importante que dentre outros aspectos possibilita dar voz aos excluídos da história. A metodologia a ser utilizada na pesquisa abrange entrevistas empíricas e a utilização das lembranças dos trabalhadores infantis. Com o auxílio teórico e metodológico de historiadores reconhecidos por seus pares e a documentação específica encontrada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova, pretendo mesclar teoria e prática para narrar sobre a história dessas crianças trabalhadoras.

Guardo uma atenção especial a fatos sociais, com jornada de trabalho exaustante, castigos físicos enfrentados e abandono do âmbito escolar, fatos que sobressaem nas narrativas de cada entrevistado. As historiadoras AMADO e FERREIRA (2001, p.07), ressaltam que “a memória é importante para o aprofundamento da História Oral, fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros”.

Para HALBWACHS (1990) “a memória é, sobretudo uma (re) construção do passado no presente”. A metodologia da pesquisa que está sendo desenvolvida busca a (re) construção do passado mediante as memórias das crianças a partir de relatos que ainda marcam o presente e suas vidas cotidianas.

FARIAS (2010, p. 66), em sua pesquisa pontua que “os relatos orais de memória foram fundamentais para analisar as variadas experiências desses indivíduos com o trabalho que conduzia à doença. A temática dessa pesquisa associava trabalho, saúde, direito e memória, fabricando uma narrativa histórica envolvente e dolorosa”. A memória individual de cada um que direta ou indiretamente sofreram com os maus tratos causados por jornadas de trabalho extensas e muitas vezes sem ter um lugar digno para dormir provocou o contato direto com insetos que até gerou doenças incuráveis, exemplo das doenças de Chagas.

Segundo LE GOFF (1996, p. 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. A memória identificada na oralidade tem predominância no dia a dia, do campo a cidade. Um sentimento de pertencimento do homem do campo e sua história individual narrada como momentos vividos no passado e demonstrados no seu semblante.

Ainda LE GOFF (1996, p. 476), aponta que “são as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”. A memória é manifestada pela recordação do passado e lembrada através dos costumes, hábitos e disciplinas em que as crianças trazem uma herança refletida no presente.

ALBERTI (2005, p. 170), aponta para uma das principais vantagens da História Oral, segundo ele, esta provoca um fascínio da experiência vivida pelo entrevistado que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação e informações sobre o que aconteceu”.

No primeiro capítulo intitulado: Vivências infantis: A labuta nos campos de sisal em Várzea Nova, analiso os discursos e as práticas da experiência do trabalho infantil no sisal em Várzea Nova-BA, durante a década de 1970 a 1980, as múltiplas formas de trabalho e as vivências no seu cotidiano. Nesse sentido, busco compreender os variados significados que marcaram a vida desses trabalhadores do sisal, na época ainda crianças, hoje adultos.

No segundo capítulo intitulado: A implantação do PETI no Município, abordo a implantação do PETI na região da Chapada Diamantina, principalmente no município de Várzea Nova. Nessa perspectiva, a representação de lideranças nesse espaço dedicou-se em formular um novo discurso sobre a concepção do trabalho e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes no município. Os relatos orais de memória dos atores sociais entrecruzam-se com os relatórios da Comissão Estadual do PETI, também analiso atas do Sindicato com dados estatísticos que me propiciaram refletir sobre alguns aspectos referentes aos desafios oferecidos pelo trabalho infantil do município de Várzea Nova.

Capítulo I

VIVÊNCIAS INFANTIS: A LABUTA NOS CAMPOS DE SISAL EM VÁRZEA NOVA

Este capítulo tem como objetivo abordar as vivências e as práticas do trabalho infantil nos campos de sisal no município de Várzea Nova- BA e nessa abordagem demonstrar o quanto o município supervalorizou o título de cidade do sisal. A referida cidade de Várzea Nova fica localizada na região do Piemonte da Chapada Diamantina, com área territorial que corresponde a 1.167,49 Km², limita-se com os municípios de Jacobina, Orolândia, Morro de Chapéu e Miguel Calmon, conforme Lei Orgânica do Município publicado em 1990.

Várzea Nova emancipou-se como município no dia 25 de fevereiro de 1985, pela Lei nº 4.406, quando deixou de ser distrito de Jacobina. Seu mito fundacional é baseado em depoimentos orais disponibilizados por João Domingos de Jesus filho de Zacarias Domingos de Jesus. Segundo Eduardo Dias Rios (2015) a ocupação do território de Várzea Nova ocorreu desde a chegada do Senhor Zacarias, no final da primeira década do século XX. O senhor Zacarias Domingos de Jesus exercia uma espécie de patronato sobre a incidência territorial até o paulatino processo de adaptação e configuração social da área¹.

¹ RIOS, Eduardo Dias. *A subsistência pela fé: a interferência presbiteriana na formação política, econômica e social da cidade de Várzea Nova-BA*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Ciências da Religião; Universidade Católica de Pernambuco; Recife; 2015.

Em 1913, Zacarias Domingos de Jesus, vindo da Fazenda Cercadinho, localizada em Morro do Chapéu, segundo disseram alguns vaqueiros, saiu em busca de uma lagoa avistada nas proximidades de onde ele estava. De volta à fazenda, ciente o “velho Zacarias” da existência da lagoa que havia gostado muito e que serviria de pasto para sua criação de gado, além de abrigo da praga. O nome Várzea Nova é resultado dessa descoberta de Zacarias, uma várzea formosa e cercada de quixabeiras.

A nomenclatura Vage Nova era popular entre os habitantes do lugarejo, com o passar do tempo foi se adequando à Várzea Nova, o lugar era tão deserto que as onças passavam em frente ao casebre de taipa que o velho havia construído para abrigar a sua família. De acordo com as narrativas populares, o segundo morador de Várzea Nova foi José Pereira, conhecido por “Botafogo”. Em seguida foram chegando outras pessoas até que se formou o povoado.

No exposto acima, percebemos que a história de Várzea Nova tal como sua ocupação foi baseada nas dificuldades de subsistência dos moradores da região de Morro do Chapéu. Essa história inicial foi publicada na Lei Orgânica do município no ano de 1990, ressaltando assim, um município novo que tem como característica principal os recursos naturais, que também são fontes primárias de sustentabilidade de diversas pessoas, independente de sua posição social.

O município estabeleceu sua economia com a produção da fibra de sisal. O rápido crescimento foi com a chegada do Agave², trazida pelo então Reverendo Presbiteriano Otacílio Alcântara na década de 1950. A primeira área plantada foi no terreno comprado do Sr. José Botafogo, depois expandindo por toda a região, tornando-se a principal fonte de riqueza para a comunidade.

Portanto, com o passar do tempo, o sisal trouxe para a localidade o desenvolvimento social. Os moradores da vila começaram a investir no plantio, expandindo para todo território. Assim, aumentando o crescimento populacional e comércios, ou seja, surgindo assim, de postos de combustíveis, comércios tipo

² Planta originária da península de Yucatán no México, a (*Agave sisalana*), pertencente à família Agaváceas ou como é conhecida na região da pesquisa, sisal, esta foi introduzida no Brasil no início do século XX, na Paraíba, sua produção tem início na década de 30 na região do cariri. Neste momento o agave fora produzido, sobretudo, para a fabricação de cabos de navios e fios de amarrar feno, consumidos principalmente pelos países europeus e os Estados Unidos.

farmácias e supermercados, além de novos pontos de lazer como o cine/boate “A Cinderela”.

Com a expansão do sisal, a região começou a receber muitos visitantes à procura de trabalho, sendo que a maioria deles era nortista. Os indivíduos que eram chamados de nortistas eram aqueles oriundos dos Estados de: Pernambuco, Paraíba e Ceará. Estes novos moradores debruçaram-se no trabalho com compromisso e vontade de crescer, produzir e investir.

1.1 A entrada do sisal no município de Várzea Nova

O Agave é uma planta originária do México do início do século XX, como foi dito anteriormente. No final da década de 1930, o sisal passou a ser visto como uma alternativa econômica. A planta adentrou nos estados da Paraíba e Bahia, por ser uma planta resistente a temperaturas altas, dessa forma se adaptando facilmente nos estados acima mencionados.

Esses estados supracitados possuem condições climáticas adequadas a referida planta, pois o sisal é uma planta semixerófila que demanda um clima quente e grande iluminação, portanto, o sisal é adaptado a regiões semiáridas por ser altamente resistente a estiagens prolongadas.

Na cidade de Várzea Nova foi introduzida a cultura do sisal que chegou a região antes da década de 70, do século XX, tornando-se uma economia de sustentabilidade para famílias carentes, portanto, a comunidade tornou-se uma das maiores produtoras de sisal de toda região. Como observar isso na imagem abaixo:



Foto 1: Benção do primeiro motor de sisal de Várzea Nova. Autoria desconhecida; 1946.
Arquivo da Igreja da Santa Cruz

A fibra extraída do sisal possibilitou aos moradores uma alternativa para resistir às adversidades do sertão. Naquele tempo, a procura por trabalho crescia a cada dia, um fator que marcou a localidade foi o intenso movimento de pessoas entre os anos 70 a 90, formando assim um local com probabilidades reais de sobrevivência.

Houve também a procura pelo produto no território do Piemonte da Chapada Diamantina, pois a folha do sisal é uma fibra altamente resistente podendo ser utilizada para fazer artesanato em geral, podemos destacar as vassouras, as bolsas, os sacos, os chapéus, as cordas, os barbantes e os tapetes. Os subprodutos do sisal têm diversas utilizações como, por exemplo, a mucilagem que é um complemento alimentar para rebanhos de bovinos e caprinos, além da bucha que serve como adubo orgânico altamente fértil.

São várias as etapas e funções que compõem a cultura sisaleira, o trabalho no campo de sisal inicia-se quando o cortador entra no campo fechado³ para cortar as folhas que irão ser acumuladas nos caminhos abertos para carregamento das palhas. O “*botador*” recolhe as palhas cortadas e as carregam nos ombros, pode também carregar

³ Campo fechado (quando possui várias plantas próximas, impossibilitando espaços para se locomover).

no jegue quando colocado uma cangaia⁴ sobre o lombo do animal. Com os fechos feitos, é só levar até o pé do motor.



Foto 2: Registro dos “cortadores” e carregadores de palha de sisal. Arquivo particular.

Outra função interessante na dinâmica do trabalho do sisal é a ação do “cegador”, responsável pela produção da fibra, pois compete a ele introduzir a folhas de sisal nas extremidades da máquina e retirar a fibra já em ponto de secagem. Mas nessa dinâmica não há espaço para principiantes, pois o trabalho no motor é considerado perigoso com diversos relatos de perda de membros de trabalhadores, nesse sentido o trabalho do “puxador” requer um cuidado dobrado porque qualquer descuido pode chegar a mutilar a mão que se não tratada devidamente pode ocasionar a morte do indivíduo.

⁴ Objeto feito de madeira utilizado para carregar a fibra.



Foto 3: O trabalho do “cevador”. Arquivo Particular.

Cada trabalhador exerce sua função, considerada distinta e indispensável, porém um depende do outro, já que esse encadeamento resulta num aumento da produção. O “*cevador*” é o trabalhador que deve ser mais habilidoso no motor, pois sua função demanda agilidade e força física para os momentos de desfibrar a palha.

Em efeito cascata, o “*cevador*”, depende da agilidade dos outros em fornecer palha, além de retirar os resíduos do denominado “*cavuco*”, pois com a máquina cheia de resíduo dificulta o manuseio, e principalmente, dificulta o estendimento da fibra. Na sexta-feira o dono do motor transporta a fibra para a “*batedeira*”, o dinheiro é pago a cada trabalhador. O valor que cada um recebe depende da produção durante a semana, cada um recebe pelo que produz.

O “*resideiro*” possui trabalhos diferenciados que vão desde o abastecimento da banca com as palhas para o cevador, até a retirada dos resíduos empilhados abaixo da entrada da máquina, comumente conhecida por “*boca*” da máquina. Além disso, é função dele pesar a fibra verde e amarrar em quantidade que pese 25 quilos.



Foto 4: As várias atividades do “resideiro”. Arquivo particular.

Porém, nesse momento entra o trabalho feminino, é função da mulher espalhar a fibra verde para secar. O processo de secar a fibra pode ser duplo, sob um arame esticado ou sob as próprias flechas de sisal conhecida como estaleiro, como observado na foto n. 5.



Foto 5: Local onde estende a fibra. Arquivo particular. s\d.



Foto 6: O trabalho desempenhados pelas mulheres. Arquivo particular. s\d.

Depois de secada a fibra de sisal é vendida ao dono de “*batedeira*” (como é conhecido pelos peões de motor), depois de armazenada em galpão próprio é vendida para os empresários na região de Conceição do Coité. Quando chega até a cidade de Conceição do Coité ou Valente é transportada para o Porto de Salvador e depois para o exterior.

O percurso da fibra de sisal até chegar ao Porto de Salvador é longo e árduo, como é também longo e árduo o sacrifício das crianças que tiveram que trabalhar durante jornadas prolongadas. A infância dos depoentes Genival, Valternei, Ana e Sivailde possuem algo em comum, todos tiveram que trabalhar ainda crianças para ajudar seus pais.

Nessa perspectiva, busco compreender como ocorreu o trabalho braçal de crianças nos campos de sisal e nessa perspectiva questionar se as mesmas estavam preparadas para serem mão de obra para tal serviço. Assim, essa pesquisa vai contribuir para historiografia do trabalho e da história local. As histórias contadas por esses narradores, discutem sobre a trajetória da cidade, do sisal e do trabalho realizado pelas crianças, cuja infância foi interrompida pelo trabalho árduo e prolongado.

1.2 Práticas do trabalho infantil na cultura do sisal

O trabalho de crianças é comum nas comunidades rurais, bem como o deslocamento de crianças da cidade para atividades perigosas no campo, utilizando-se geralmente de ferramentas como foice, faca, facão. Expostas a animais perigosos a exemplo da tão temida cascavel. A criança que não tem habilidade com estas ferramentas, corre o risco de se ferir, o mais preocupante é que em muitos momentos, os pequenos auxiliam seus progenitores no dia a dia da lavoura e na labuta diária do motor de sisal, além de outras tarefas.

No período, entre 1970 a 1990 houve um aumento de crianças trabalhando nos campos de sisal. Assim, procuro compreender o que levou crianças de diferentes faixas etárias a serem inseridos no universo do trabalho de adulto.

O trabalho de crianças, e as longas jornadas de trabalho são abordados por Thompson, foi em plena Revolução Industrial que as crianças foram inseridas no mundo do trabalho. O cotidiano de serviço nas fábricas, olarias e lavouras foram tarefas destinadas a meninos e meninas que sem qualquer preparo foram introduzidos nesses ambientes. Não importava a idade dessas crianças, pois o intuito era ajudar mães e pais nas tarefas diárias.

Os pais do depoente Genival Vitório de Amorim vivenciaram anos difíceis na região do polígono das secas, a família não estava encontrando trabalho em sua localidade, município de Petrolina- PE, e foram obrigados a migrarem para a região de Várzea Nova.

Na verdade eu ia pro motor, desde pequeno, eu nasci em Pernambuco, em Petrolina, cheguei aqui com um ano de idade, mas fui registrado aqui em Várzea Nova. Meus pais já trabalhava no motor, minha mãe, mais minha mãe, meu pai cevava⁵ e minha mãe estarelista⁶. E assim que nois ia nascendo já pro motor, passava o dia no motor numa rede, uma redinha, não era nem rede feita de,e,e, comprada, era feita de lençol, marrando uma corda do lado do outro, e colocava a gente dentro. Eles ia trabalhar e nois ficava debaixo do pé de umbu, e debaixo de uma barraca feita da própria palha do sisal.⁷

Na memória de Genival Vitória de Amorim (50 anos de idade), está presente a labuta com o sisal, desde seu nascimento, assim, ele descreve o ambiente em que morava e suas condições precárias, como também a convivência com os seus irmãos. Os pais labutavam todos os dias para cuidar dos filhos, a única solução era deixá-los embaixo de um pé de umbu em rede feita de lençol. Este era o cotidiano de muitos trabalhadores rurais e suas famílias, levavam as crianças pequenas para acompanhá-las, pois não havia creche e nem instituições onde deixá-las.

Dessa forma, as crianças passavam o dia todo com os pais acompanhando-os no trabalho do sisal e assim iam crescendo imersos neste cotidiano de trabalho, ao chegarem a maioridade passavam a participar do trabalho com a mães. Segundo Genival, as crianças “passavam o dia no motor numa rede”⁸. O cotidiano dos sujeitos, o espaço onde residia, a vivência de todos os dias são lugares de pertencimento e de construção de suas identidades. Um ambiente que se torne familiar, em que as ações cotidianas vai criando hábitos comuns, pertencentes à sua origem.

⁵ Introduzir as folhas do sisal na máquina e quando puxa a fibra já sai beneficiada.

⁶ Aquele que é responsável pelo transporte das fibras para serem estendidas nos varais.

⁷ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado, Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

⁸ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado, Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

Essa trajetória vivencial pode ser percebida pela memória individual, o depoimento de Ana é representativo desse contexto: “Eu convivi com meus pais toda uma vida, tinha a questão das festas juninas e no mês de janeiro, que o povo fazia a lapinha e quando terminava aquelas lapinhas tinha o reisado que era também muito divertido”. Segundo Bosi (1983, p 408) “Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais”. As afinidades sociais apresentam-se nas relações familiares, profissionais escolares e afetivas. As participações nas comemorações dos dias santos e em festas representam e comungam suas identidades e afinidades entre os moradores da região.

Nesse contexto, os filhos de pais trabalhadores são educados por meio do trabalho, seja nas atividades agrícolas ou domésticas. Podemos citar a narração de Valternei que traça os caminhos percorridos na sua infância: Educar através do trabalho constitui uma tradição para esta parte da população que vivia na zona rural.

Eu iniciei o trabalho no sisal com 11 anos de idade, mas ou menos era isso, em 68⁹, e aí trabalhei até o primeiro período. Nos anos 78, aí eu trabalhava no sisal. Meu trabalho era mais, não era cortando sisal, não nessa época, mas eu trabalhava era carregando água pro motor, carregando fibra para o estaleiro no jegue. Botava a fibra no jegue e ia levar no estaleiro e carregando água pra abastecer o motor para o pessoal beber, bem como botar água nos tonéis do motor na época. Era pra mim pesado, porque eu era muito pequeno e pegando peso, pegando os carotes de água pesado. E ter que botar no jegue, às vezes era eu e outro irmão mais novo, pra fazer “*costar*”¹⁰ no jegue, segurar os do lado e aí a vida era essa. Aí nas horas vagas também cortava uma painha, também botava até quando fiquei rapaz grande, aí fui, cortava, puxava, tirava resido de motor de sisal eu fiz de tudo.¹¹

O registro do narrador focaliza as atividades estabelecidas para os menores, que nesse período desempenhavam diferentes funções mostrando o quanto era importante às atividades destes pequenos. A lida no motor era representativa, levar água por meio do carote¹² e carregar a fibra para o estaleiro¹³, atividade comumente desempenhadas pelas crianças diariamente.

A narrativa de Valternei estabelece uma relação semântica com o entendimento da força e não das habilidades de realizar atividades, mostra o quanto as crianças viviam e conviviam com o mundo do trabalho. Não é uma novidade que o trabalho no sisal,

⁹ O entrevistado refere-se ao ano de 1968.

¹⁰ Precisava do irmão para colocar a fibra na cangaia nas costas do jegue.

¹¹ Valternei Carvalho Pinto, depoimento citado, Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

¹² O carote é um objeto feito com borracha e madeira, e depois de pronto os trabalhadores usam para levar água para próximo do serviço.

¹³ Cerca de arame onde estende a fibra para secar.

nem sempre são realizados com a proteção adequada, considerado trabalho perigoso a lida no sisal deve ser realizada por adultos e não por crianças. Estas crianças, nessa labuta que enfrentam situações perigosas para conseguir o pão de cada dia.

O serviço dos trabalhadores rurais abrange a lavoura, o sisal e a pecuária, mas os lavradores enfrentam situações perigosas como as enfrentadas por outros trabalhadores, como por exemplo, a falta de segurança no trabalho, o risco com animais venenosos que podem atacá-los, o caso mais emblemático é o da mordida da cascavel que leva a morte. Na zona rural é algo relativamente comum pessoas serem atacadas por cobras e outros animais.

Assim, as crianças trabalhadoras estão também vulneráveis a essas ocorrências que significam perigo, especialmente quando andam no roçado para colher fruto ou buscar algum animal.

Os trabalhadores avulsos realizam suas atividades de sábado a sábado nos campos de sisal, essa é uma prática histórica. Assim, são identificados como “peões de sisal”, nesse sentido, a expressão “peões de sisal” naturaliza-os como trabalhadores avulsos.

Os trabalhadores avulsos não possuíam domicílio permanente, trabalham em diversas fazendas, principalmente, no verão quando a planta murcha e os trabalhadores são obrigados a procurar trabalho em outras fazendas. Um período de grandes dificuldades uma vez que a estiagem dificulta a produção da fibra, isso ocorre pela falta de chuva.

O longo período de estiagem é sazonal, implicando várias consequências para quem trabalha com o sisal, especialmente para os peões que não possuem terra para cultivar e dependem das chuvas para continuarem produzindo, pois vivem exclusivamente da renda sisaleira.

Porém, os pequenos agricultores que são proprietários de uma fazenda e plantam entre duas a três tarefas de terra, quando conseguem colher alguns mantimentos, buscam armazená-los em silos (objeto feito de zinco que serve para armazenar os grãos), medida de segurança para quando vier a estiagem, terá alimento o ano todo para sustentar a família.

Entretanto, outros lavradores não conseguem armazenar em consequência da “*chuva de manga*” (nomenclatura utilizada para explicar que a chuva não caiu em determinado lugar). Com a estiagem os agricultores não produzem os seguintes alimentos: feijão, milho, mandioca, e conseqüentemente são esses alimentos que sustentam as famílias que estão sem trabalho no período em que o sisal murcha.

Assim, a falta de chuvas faz com que aconteçam as migrações internas, isto é, a mudança de uma cidade para outra. “Trata-se, pois, de escapar à miséria provocada pelo clima inóspito e pelos proprietários das fazendas” (SANTANA, 1998, p.109). A responsabilidade do dono do motor é maior quando o sisal murcha, pois permanece uma dívida a ser paga ao proprietário quando voltar de outra cidade, representando uma obrigação de retornar para retirar o sisal que ficou.

Em busca de trabalho os peões procuram propriedades em que o sisal não esteja murcho e quando não encontram, a única solução é buscar propriedades em que o sisal esteja em boas condições de ser desfibrado.

Geralmente os lavradores procuravam campos favoráveis em outras cidades para continuar garantindo dinheiro para seu sustento. Segundo Genival a alternativa encontrada era:

A gente trabalhou, aqui, no início aqui na região de Várzea Nova, depois em Senhor do Bonfim, teve uma época que meu pai foi trabalhar em Senhor do Bonfim, rodando motor, a gente trabalhou também na CEPEL, aqui em Lages do Batata, quando era celulose, né, e prestou serviço pra celulose.¹⁴

A narrativa discute sobre a peregrinação dos trabalhadores rurais que percorriam várias cidades em busca de emprego. Na memória do Sr. Genival fica evidente seu deslocamento para alguns lugares a procura de trabalho, para isso mudava frequentemente de domicílio. Esta mudança trazia várias conseqüências especificamente em relação às crianças, com as adaptações e o transporte dos objetos de um lado para outro. Na narrativa do Sr. Genival fica evidente a vontade de não trabalhar no sisal por conta da insegurança. A vontade deste senhor era trabalhar em outra atividade.

Quando iniciou o trabalho na celulose em Lages tinha uma esperança que agora estaria seguro, ou seja, um trabalho que não precisaria está

¹⁴ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

no campo de sisal. No entanto, o trabalho na celulose estava seguro, longe do perigo encarado no campo. Entretanto isso não ocorreu, a falta de segurança causou vários acidentes.¹⁵

O caminho percorrido de Senhor do Bonfim a Lages do Batata não foi fácil, relembra a dificuldade enfrentadas nesses anos. O depoente tinha a esperança de está livre do campo de sisal e seguro, mas não foi assim, na CEPEL ocorreram diversos acidentes. Estes trabalhadores saíam do seu lar para irem se aventurar de todas as formas no CEPEL.

A trajetória de Genival, Valternei, Ana e Sivailde está ligada ao trabalho na roça. Desde pequenos realizavam atividades de adultos com a finalidade de ajudar seus pais no sustento familiar. “Portanto, a inserção e a adaptação da criança ao mundo do trabalho davam-se sob o peso da responsabilidade em lhe garantir o acesso a produtos de uso próprio”¹⁶.

Nesse período a quantidade média de membros de uma casa girava em torno de quinze e dezessete pessoas. Era impossível um pai e uma mãe sustentar sozinhos um quantitativo tão grande de pessoas, as privações eram muito grandes e geralmente não conseguiam manter todos os integrantes no seio familiar o que obrigava a participação das crianças no mundo do trabalho. A inserção do trabalho no campo é identificada na memória de Valternei, esta ficou registrada como fato com significância.

Identificava sim, eu gostava, gostava do que fazia eu praticamente morava. Quando fui trabalhar nos motor, eu praticamente abandonei a casa de meu pai, porque as vezes o sisal era, era longe de casa, e agente passava a semana toda fora. A gente morava no pé do motor, tem vez que dormia debaixo do pé de umbuzeiro, nos pé dos lotes, só botava unas painhas pra cobrir mode o sereno, e botava uma esteirinha debaixo e dormia. Lá já dormia no pé do serviço, e aí levantava madrugada pra ir puxar, ou cortar sisal, ou tirar resido, mas gostava. Mas ainda tenho saudade, não agüento mais fazer, mas ainda tenho saudade desse tempo, dos motor que eu gostava, me identificava sim como trabalhador.¹⁷

O relato registra o abandono da casa de seu pai para viver dentro do mato, isolado e correndo risco de vida. Pois o campo de sisal ficava longe de sua residência e acabava tendo como abrigo um pé de umbuzeiro, cobrindo o local de dormir com palha de sisal para se proteger do sereno durante à noite. Apesar do trabalho e da vida

¹⁵ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

¹⁶ MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo, Ática, 1982.p- 55.

¹⁷ Valternei Carvalho Pinto, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

sacrificada estes trabalhadores gostavam das atividades que desenvolviam. Esta era sua vida, seu cotidiano e estes homens terminavam se acostumando com estas vivências.

Constantemente passavam por riscos de vida por estarem expostos a mordidas de bichos como o barbeiro (inseto que transmite a doença de Chagas), escorpião e piolho de cobra. Esses perigos se acentuam em período chuvoso, onde pode ser desencadeadas epidemias de pneumonia, gripe, sinusite entre outras. Pois estavam expostos a natureza sem nenhuma proteção.

As crianças guardam na memória os acontecimentos do passado que por muitas vezes são reconstruídos no presente e fazem empreender uma reflexão sobre suas vivências. No entanto Valternei relembra com certa saudade e diz: “gostava de trabalhar na madrugada, puxar, residar, botar palha, atividades desempenhadas no percurso da infância e adolescência”, momentos que jamais serão esquecidos.

O depoente Genival aborda a trágica vida que levou juntamente com seus irmãos:

Muito arranhão por parte do calumbi, aquele mato que tem espinhos, era muito corte, muito corte da foice, do facão. A gente se acidentava, e agente curava com próprio residu, agente amarrava o residu em cima, outras pessoas que mandava colocar até cocô do jegue, para impedir o sangue. Né, não sabia nem o que tava fazendo, agente colocou muito, coloca bosta de jegue, colocava, amarrava um pano, muita furada de sisal. E hoje todos meus irmãos, todos eles tem problema grave de coluna, por causa do peso que pegava, e a gente não sabia que quando carregava mil quilos de fibra, você, já tinha carregado quatro mil e quinhentos quilo de residu. Então se nos produzia ali mil e quinhentos, dois mil quilo por semana você imagina, no mês quantos quilos carregando pra lá e pra cá, ainda criança com sete, oito, nove, dez, doze, doze anos até a idade de jovem, né.¹⁸

O sofrimento é apontado na fala do depoente, tal sofrimento era associado a pouca habilidade de manusear as ferramentas de trabalho, acontecendo deste modo acidentes como furadas e cortes profundos. Nesse tempo não havia medicamento de primeiros socorros para fazer os curativos, aos acidentados era aconselhado usar medicamentos caseiros que eram passados através da sabedoria popular.

A prática comumente utilizada no momento do incidente para estancar o sangue era colocar residu do próprio sisal em cima do corte. Um método utilizado que na

¹⁸ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

verdade não trazia benefícios e sim malefícios, originando até infecções gravíssimas no local do corte, segundo depoimento do narrador.

Assim, as consequências do trabalho árduo, contínuo e sem segurança provocou sérios problemas de saúde como os conhecidos desvios de coluna, doença de chagas, dentre outros. Desses agravos a moléstia mais temida era a mutilação da mão. Na velhice estes trabalhadores são portadores de problemas graves de saúde, quadro deixado pela difícil vida que levaram quando tinham entre sete e doze anos de idade.

1.3 O trabalho rural e os riscos encontrados nos campos de sisal

A forma de viver do homem do campo é totalmente diferente do morador da zona urbana. Enquanto na cidade há um menor índice de trabalho infantil, as crianças do campo quase não usufruem de lazer.

Todavia, os meninos e meninas que vivem na roça não desfrutam desses privilégios, suas casas eram construídas dentro do campo de sisal ou perto da estrada. Um domicílio erguido com flechas e rebocado com barro do chão, muitas vezes coberto com palha de tábuas ou de licuri. Hoje ainda existem moradias desse tipo, porém com menor incidência. Muitos desses moradores conquistaram uma moradia digna, seja através de recursos próprios, ou mesmo devido alguma ajuda financeira de outros.

Água da chuva uns dos principais meios para saciar a sede desses trabalhadores, era armazenada em potes, baldes e cabaças¹⁹ pelas mulheres com o auxílio dos filhos. Quando o ano não era chuvoso as famílias compravam água do carro pipa, como também buscavam água nas fontes e transportam com ajuda de um jumento.

Essas são as condições de vida de homens e mulheres que residem na zona rural, com amplo destaque para o trabalho árduo pela sua sobrevivência. BOSI (1983, p. 418), afirma que “Cada geração tem sua memória de acontecimentos que permanecem como ponto de demarcação em sua história”. A casa de taipa como residência, a disposição permanente para realizar atividades diárias no motor como cozinhar seu alimento é um

¹⁹ Cabaça: Fruto de uma árvore que existe na caatinga, e depois de colhida, deixa secar e depois é utilizada para carregar água para o trabalho como também para o uso doméstico.

acontecimento que demarca uma história. Este cotidiano dessas crianças deixam marcas profundas na infância.

A vida de ex-trabalhadores infantis foi caracterizada por esse contexto, o que implica um sentimento de pertencimento do lugar de origem. A saudade de viver nesses ambientes é recordada pela lembrança da infância.

Mas eu sinto até saudade daquela casinha de taipa, tivesse hoje era histórico, apesar do sofrimento. Mas na época, nois achava que nossa vida era boa, e a fumaça do fifor também ela era muito prejudicial a saúde, a gente ia de madrugada, ainda criança com dez anos, até dói um pouco dizer isso, criança com dez anos, eu tinha dez meu irmão tinha oito, como eu não dava conta do residar sozinho porque era pesado a palha. Antigamente o sisal ele crescia bastante e era muito pesado, o cavuco enchia muito de residu, aí meu pai ia a madrugada pó motor, eu mais meu irmão residar, meu irmão ia botar palha na banca e eu ia pra narrar boneca e tirar o residu que era mais pesado. E as vezes eu via meu pai bater meu irmão que não dava conta de botar palha na banca, meu irmão tinha apenas oito anos e eu chorava de ver meu irmão apanhando de ver meu irmão se esforçando pá não deixar faltar palha naquela banca e meu pai na sua inocência ele batia. As vezes eu não agüentava porque era época de chuva, o sisal ficava verde tinha bastante água e eu deixava o cavuco encher e ele ia e ele ia lá e tirava o residu dizendo me chamando de preguiçoso. Que tava 4 horas da tarde agente queria sair do serviço pra brincar que nois não tivemos infância, agente não brincava e quando agente brincava era com o cavalo de pau, uma vara de pau dentro das pernas, correndo pra lá e pra cá. À outra brincadeira agente pegava aquela latinha de sardinha, fazia aquela rodinha de sandália havaiana que na época chamava japonesa.²⁰

Esse pertencimento do lugar em que moramos age como construção afetiva dos indivíduos e dos grupos, a saudade de episódios do passado reflete na expressão de Genival quando se refere à fumaça saída do “fifor”²¹ durante a madrugada. Mas para aumentar a renda familiar o pai e o irmão tinham que “rodar”²² sozinhos o motor até o amanhecer.

Uma atividade extremamente perigosa é residar e amarrar as fibras em quantidade²³, pois esta atividade depende de muita força física, força que um menino de dez anos não tinha, porque são características de pessoas adultas que podem utilizar-se

²⁰ Genival Vitório de Amorim, depoimento citado.

²¹ Fifor: nome dado pelos peões de motor ao candeeiro.

²² “Rodar o motor”: principal atividade do motor de sisal, é fazer o desfilamento da fibra.

²³ Os peões que trabalham no motor pesa o sisal até chegar o total de 25 quilos, pois precisa ser enfardado, para ser contabilizado o que cada trabalhador conseguiu cortar e botar, ou seja, cada pessoa tem um lote separado, quando o puxador vai desfilar a fibra na máquina, primeiro puxa um lote de sisal todo, e depois pesa o que foi desfibrado para ver quanto foi que a pessoa produziu.

de força para fazer tal serviço. Estas crianças desde cedo estavam na labuta do trabalho e desempenhando função que era dos adultos.

Outra atividade própria do sisal que demandava habilidades e força física era colocar palha na “*banca*”, o depoente Genival diz “quando meu irmão não conseguia o pai açoitava o seu irmão” e esse depoimento de Genival está repleto de uma tristeza evidente em seu olhar e em sua fala, pois seu irmão pequeno não tinha força e nem habilidade. A amargura de relembrar sua história está perceptível nos gestos durante a entrevista.

Genival narra que seu pai era obrigado a colocar seus irmãos no serviço, pois o trabalho desempenhado apenas por ele não garantiria o sustento da família. A Celulose não pagava bem, a única solução era colocar novamente os menores para realizarem as atividades.

Era uma máquina que já tinha, era um depósito, o sisal era carregado para o depósito. Tinha muito trator, o trator rebocava até quatro carreta. Muito acidente, inclusive um amigo da gente, chegou a cair de um trator e o pneu do trator passou por cima da cabeça e explodiu a cabeça dele. Aquilo traumatizava a gente. Que a gente tudo era criança, e nessa idade, entre oito anos, nove, dez, doze anos, até três anos atrás, não, mas a sete anos atrás foi motor, a gente presenciou muitos acidentes.²⁴

A falta de segurança ocasionou vários acidentes, o medo, a tristeza de ver pessoas sendo mortas por irresponsabilidade da empresa na qual seu diretor não adotava medidas urgentes e nem oferecia aos trabalhadores segurança no trabalho. O trauma de vivenciar a morte de um amigo mostra a tristeza profunda no olhar de Genival que ainda não se conforma de ter perdido um ente querido.

Era uma prática comum usar crianças e adolescentes no trabalho febril, pois as crianças constituíam uma mão de obra barata e preferida pelos donos das empresas, que como efeito aumentavam a produção da fibra do sisal conseqüentemente aumentando os seus lucros. Segundo Thompson (1988, p. 42):

Há uma imensa variedade de mão de obra miserável; mulheres e crianças empregadas por salários aviltantes; trabalhadores irlandeses imigrados (até mesmo trabalhadores de indústrias têxteis ou outros artesãos urbanos que abandonavam seus trabalhos atraídos pelos maiores salários na época da colheita).

²⁴ Genival Vitorio de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de dezembro de 2015.

Contudo, era mais vantajoso ter memores no serviço porque era uma mão de obra mais barata que desobrigava o empregador do fornecimento de direitos trabalhistas básico a exemplo do tempo de serviço. Com isso o empregador aumentava a produção da fibra do sisal e dividia o trabalho social entre os trabalhadores do motor.

Na relação familiar os pais não precisavam pagar seus filhos, os mesmos trabalhavam para ajudar no mantimento doméstico, mas era obrigado a cumprir tarefas que eram exclusividade dos adultos. No serviço da empresa, o espaço reservado aos homens muitas vezes estava ocupado por crianças.

Na verdade, o que ocorria nesse período entre Lages do Batata e Várzea Nova era que alguns donos de “batedeiras” da região de Conceição do Coité, Valente e Serrinha investiam no município, ou seja, colocavam um excedente de motores de sisal e a fibra produzida era levada para ser utilizado em suas empresas. Os empresários da região sisaleira possuíam em suas empresas avanços tecnológicos e conseguiam transformar a fibra do sisal em diversos produtos como tapetes, bolsas, chapéus dentre outros produtos. Como também esses mesmos empresários exportavam o sisal para outros países.

A sede da empresa CEPEL situava-se em Lages do Batata, desenvolvendo um trabalho diferenciado no campo de sisal, pois o *modus operante* só demandava de um “cortador” e era lançada a palha diretamente na máquina. Portanto homens, mulheres e crianças realizavam afazeres diariamente aumentando a renda familiar e também o trabalho, pois enquanto toda a palha de sisal não fosse desfibrada não parava o serviço. Nesse período, foram extintos muitos campos de sisal, a empresa CEPEL tinha como política um consumo exagerado, afetando assim o meio ambiente.

Na zona rural onde o trabalho infantil era quantitativamente maior as crianças desempenhavam suas tarefas no motor de sisal, executando assim a função de “resideiro”, “cortar”, “botador”, “colocador de água com carote” e “estendedor de fibra”. Entretanto, a tarefa das meninas era específica como cuidar do serviço doméstico, principalmente cuidar das crianças menores.

Segundo SANTANA “No testemunho sobre o cuidado com os bebês, por exemplo, Rufino Pio lembra que logo após o parto a mãe deixava o filho com a cunhada, a filha mais velha, ou a levava para a roça ou a deixava sozinha para poder

trabalhar junto à casa”²⁵. O universo infantil estava intimamente ligado ao mundo dos adultos, por exemplo, os meninos desempenhavam tarefa do universo masculino e as meninas desempenhavam tarefas do universo feminino ou domésticas.

As crianças nem sempre podiam brincar, pois quando chegavam quatro horas da tarde o “cevador” os chamava para acionar o motor, ou seja, acabavam de chegar do trabalho e já teriam que voltar novamente para o motor.

Assim, o trabalho aumentava de acordo com o desenrolar do dia, podendo chegar as oito ou as dez horas da noite. Como o trabalho retornava na madrugada, segundo Genival “na sexta feira de madrugada, três horas, duas horas, uma hora, até uma e meia ou doze e meia, nesse momento o meu pai chamava a gente na madrugada de sexta para tirar a palha que tinha ficado no pé do motor”²⁶. Desse modo, o tempo de brincar não existia para as crianças, Segundo SANTANA:

Neste universo cultural em que os homens compartilham a “fartura”, a “ventura” e as brincadeiras, o mundo da criança imbricava-se objetivamente com atividades referentes aos trabalhos dos adultos e à natureza. Meninos e meninas seguiam solidários aos pais nas lidas da preparação da terra para o plantio até a colheita das roças. Participavam no beneficiamento da mandioca, do milho, do fumo, no trato da criação miúda. (SANTANA, 1998, p. 54-55).

As duras horas de trabalho impediam às brincadeiras, segundo Genival “agente pedia, pedia a Deus pra chegar o sábado e domingo pra gente brincar”²⁷. Assim, com o raiar do dia, todos já tinham suas atividades e só nos finais de semana que poderiam brincar. As brincadeiras para os meninos eram o cavalo de pau no qual pegavam o cabo de uma vassoura e ali imaginavam um cavalinho, as meninas brincavam de boneca.

Os relatos dos depoentes registram através da memória a vida dura que desde a infância tiveram, ou seja, o trabalhar para ajudar no sustento da família. Na memórias desses adultos, constam suas histórias de vida, marcadas pelo sofrimento de uma infância inserida no mundo do trabalho, de meninos- homens que no seu imaginário gostaria de brincar, como toda criança, mas estavam trabalhando até altas horas da noite para ajudar os seus pais.

²⁵ SANTANA, Charles d’ Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações*. Bahia 1950-1980- São Paulo: Annablume, 1998, p. 57-58.

²⁶ Genival Vitorio de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

²⁷ Genival Vitorio de Amorim, depoimento citado. Várzea Nova 25 de setembro de 2015.

Na afirmação de MONTENEGRO “Outro fato que as diversas entrevistas começam a evidenciar é que para muitos e muitos entrevistados a vida se resume a sua história de vida e trabalho. O mundo é praticamente reduzido a esses dois universos e a própria linguagem do entrevistado aponta para esse fato”²⁸. Assim o universo dos ex-trabalhadores infantis se resumem apenas a história do seu dia a dia. O pertencimento do lugar onde viveram por muito tempo e reconstruíram fatos ocorridos no passado.

A dura jornada de trabalho, o caminho percorrido de casa para os campos de sisal, a distância entre a casa e o trabalho, são símbolos de uma vida exaustiva para esses meninos. Como há esperança, muitos venceram com esforço e coragem de vencer todos os obstáculos, nem todos tiveram o direito de aprender a ler e escrever, caso de Ana que cita “Não, não cheguei”. São variáveis de tempo obscuro onde as crianças saíam cedo de sua casa para trabalhar e quando retornavam para casa já estava anoitecendo, por esse motivo não tinham condições de frequentar a escola.

Felizmente alguns conseguiram estudar, no entanto, tiveram que passar por maus bocados como caminhar por uma légua²⁹ e meia para a escola como cita Sivailde “Assim, quando o povo fala de quilômetro eu não entendo, eu não entendo de quilômetro, mas de légua, eu entendo de casa pra minha escola era uma légua uma légua e meia”.

O entrave da distancia da escola não inviabilizou a permanência de Sivailde no âmbito escolar, passando por dificuldades a mesma cita “agente levava um litro de água que eu levava pra eu e dois irmão tomar aquela água morna”. Desde pequena era encarregada de se responsabilizar pelos irmãos pequenos, de ficar em alerta aos perigos encontrados na estrada vicinal e até mesmo levar água para tomar na escola. Os entraves presente não desanimavam Sivailde e seus irmãos para conseguir aprender a ler e escrever.

Mas nem tudo era tristeza, tinham também os momentos de lazer e comunhão. Chegando à noite todos ficavam em volta do rádio para ouvir música caipira no programa de Zé Beto locutor dessa emissora, as crianças na sua inocência pensavam que Zé Beto poderia enviar farinha, pois estavam acostumados a comerem diariamente sebo

²⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revestida*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 22

²⁹ Légua: linguagem popular para se referir a quilômetro.

cozinhado com feijão de corda. A comida nessa época era muito escassa composta apenas de um sebo cozido com feijão de corda que passava muito tempo armazenado em garrafas o que fazia proliferar um inseto por nome gorgulho.

O programa de rádio era uma diversão na zona rural, chegavam até notícias da Ditadura Militar no Brasil, mas as crianças em sua inocência pensavam que a ditadura militar era uma boa situação no país. Como também notícias estatais pelo programa Voz do Brasil e músicas caipiras que alegravam suas vidas.

Quando chegava sexta-feira, reuniam-se rapazes e moças em uma casa para comemorar, acendiam uma fogueira e cantavam samba de roda, dessas festas saiam muitos casamentos, mas não podiam morar juntos antes de oficializar o casamento, pois tinha o ensinamento do padre, que dizia que todo tipo de união devia ser realizado na Igreja Católica, mediante casamento ao pé do altar.

Em junho, comemorava-se o São João e o São Pedro, na oportunidade as famílias reservavam esse mês para comemorar os dias santos. Uma das práticas mais comum comemoradas nos festejo juninos é a realização da fogueira³⁰ (além de ser oferecida aos santos, a tradição, diz que o padrinho de fogueira, por exemplo, quando salta a fogueira torna-se padrinho da criança).

Portanto, esperava-se o mês de junho para comprar a roupa nova, ou seja, a menina usava o vestido de chita, pois é um tecido barato, já os meninos roupa de tergal ou até mesmo com saco de açúcar comprado no supermercado, o calçado feito com coroa de boi. Segundo SANTANA (1998, p 88) “Muito eventualmente, às vésperas do São João ou do Natal as mulheres preparavam-se para ir à cidade comprar roupa ou sapato”. O sábado era o dia da feira livre onde o pai se deslocava para a cidade para comprar tecido e a mãe ficava na responsabilidade de costurar a roupa para toda a família, assim todos participavam dos festejos juninos na localidade.

Os depoentes narram com alegria os momentos de comemorações entre as famílias na sociedade rural.

³⁰ “Na verdade, os trabalhadores do campo eram envolvidos em uma profusão de redes de compadrio, integrado todos entre si no bojo da mais expressiva e tradicional forma de sociabilidade, compadres de parto, de batismo, de casamento, de fogueira”. SANTANA, Charles d’ Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações*. Bahia 1950-1980- São Paulo: Annablume, 1998, p. 52.

Nos festejos não tinham bebidas, serviam exclusivamente carne de galinha e bode cozido e todos participavam da festa, de tal modo que a festa durava a noite toda. Também, a cantiga de roda é tradicionalmente um costume familiar entre as famílias sertanejas, que permanece na cultura popular e principalmente nas origens dos moradores desse lugar.

A convivência entre as famílias na região nesse período significava o momento de lazer e comunhão, momento fraterno perceptível no relato de Ana Paula

E ai depois tinha a questão que não era também só a dificuldade e nem tristeza, vem a alegria também, agente saía para se divertir. Aqui na fazenda Conceição é próximo da localidade aonde trabalho, onde... Onde eu convivi com meus pais toda uma vida, ai tinha a questão das festas juninas. O reisado no mês de janeiro que o povo fazia a lapinha e quando terminava aquelas lapinhas tinham o reisado, era muito divertido também. Tinha muito amigos aqui na Fazenda Conceição que era aonde as famílias de lá vinha e se encontrava com esses daqui pra se divertir junto, sempre junto todo ano. A festa junina e o reisado eram no final se semana, no domingo a tarde agente vinha para essa localidade para juntar os amigos e agente divertia muito o final de semana com os amigos da Conceição.³¹

Os meses de janeiro e junho representavam na vida das crianças momentos de alegria, o reisado tradicionalmente comemorado por famílias da Fazenda Riacho dos Maias e da Fazenda Conceição eram eventos agregadores, nesses festejos a comunidade recebia diversas pessoas de localidades circunvizinhas para a comemoração.

Nas festas juninas a diversão era garantida e os costumes de acender uma fogueira e dançar em volta e pular a fogueira eram práticas religiosas e tradicionais. Podemos citar novamente os padrinhos de fogueira uma tradição de nossa região, onde as crianças pulavam juntamente com seus respectivos padrinhos a fogueira, após saltar a fogueira imediatamente tornava-se padrinhos e afilhados.

A diversão na infância de Sivailde não foi diferente, registrada em seu depoimento:

E a nossa diversão naquele tempo só a nossa diversão naquele tempo que eu lembro só era isso no tempo da coresma que a gente ficava lembrando. Ita vai vim a coresma, a semana santa, semana santa, aí a mãe juntava mais as outras comadre e pegava o jegue cedo para levar os pequenos, porque não tinha condição de levar tanto menino no braço. E agente ia e chega lá mãe ia para casa da comadre rezar quando dava a hora de a gente vim embora metade vinha e dormia dentro dos caçar. Mas vinha tudo mundo embora sossegado, era um

³¹ Depoimento citado Ana Paula da Silva Conceição. Várzea Nova 12 de fevereiro de 2016.

tempo que eu achava, era um tempo feliz. Eu me sentia feliz naquele tempo, só era para trabalhar e nossa diversão era essa aí no tempo da coresma.³²

A quaresma é uma das tradições que resistem na vida de diversas famílias da Fazenda Arrecife. Para se locomover de uma comunidade para outra as mães utilizavam como transporte jegues, pegavam o jegue e colocavam no “caçuar”³³ para levar os filhos menores. De acordo com a tradição, os membros que residiam na casa teriam que estar presente na celebração dos dias santos.

Entre as décadas de 70 e 80, não havia preocupação da sociedade para acabar com o trabalho infantil, este era algo comum, que não incomodava a sociedade em geral. Frequentar a escola nesse tempo não era tão importante como é hoje, para muitos pais a educação dessas crianças seria o trabalho braçal, ou seja, a instrução de meninos e meninas era aprender atividades realizadas dentro dos campos de sisal.

Na verdade, a angústia dessas crianças era exercer determinada tarefa que não estava condizente com a sua condição de pessoas em desenvolvimento, constituindo-se como momentos difíceis que não são esquecidos. Todavia, o medo de passar fome mesmo trabalhando, era um fantasma sempre presente, levando-se em conta o pouco rendimento em decorrência do preço do sisal.

A pobreza entre os trabalhadores sempre esteve marcado na história de Várzea Nova, sendo assim, quando o pequeno produtor consegue uma boa produção é explorado com os preços baixíssimos determinados pelo atravessador que compra o produto mais barato e vende mais caro para empresa multinacional, significando a exploração do trabalho em geral e do infantil em particular, para assim aumentar a sua produção.

Mas foi a partir da década de 90, que iniciou a conscientização da sociedade para estancar de uma vez o trabalho de meninos e meninas nos campos de sisal. A sociedade civil organizada e os poderes públicos em todas suas esferas (Municipal, Estadual e Federal), juntos começaram a implantar projetos de combate ao trabalho infantil. No próximo capítulo trataremos da Implantação do programa PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

³² Depoimento citado de Sivailde Pereira de Jesus. Várzea Nova 12 de fevereiro de 2016.

³³ Objeto que é amarrado em cima da costa do jegue.

Capítulo II
A IMPLANTAÇÃO DO PETI NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA
NOVA



Foto 7: Escolas e Movimentos sociais desfilando no 7 Setembro em Várzea Nova, destaque para a bandeira com um desenho de sisal entre as bandeiras do Brasil e da cidade. Autoria e data não identificada. Arquivo particular.

2.1. Trabalho Infantil na década de 1990

Em sua grande maioria as atividades desempenhadas pelos trabalhadores rurais de Várzea Nova estão ligadas estritamente a agricultura. No entanto, os trabalhadores avulsos realizam suas atividades de sábado a sábado nos campos de sisal geração após geração, como foi citado anteriormente.

O setor agrícola de Várzea Nova, abrange diversas culturas como o cultivo do feijão, do milho, da mamona e do sisal. O sisal teve um impacto relevante na economia do município, o processo ia desde a extração da fibra no campo até a exportação para outros países. Como a extração do sisal foi uma atividade amplamente desenvolvida no município de Várzea Nova o contexto de trabalho infantil era percebido na região, emprego de crianças não habilitadas para tal serviço e inseridas equivocadamente no universo do trabalho.

A exploração do agave segue um padrão realizado por agricultores nas grandes fazendas do município, apesar do preço da fibra cair diariamente, prejudicando os pequenos proprietários de plantações e também os peões que desempenham a função de extração. Essa situação ocorreu com os trabalhadores do campo, a figura do atravessador é marcante, o atravessador representa os comerciantes do município compra o produto diretamente do dono do motor e paga mais barato por isso. Portanto, ao vender a fibra para empresários dos municípios de Valente e Conceição do Coité o atravessador está repassando mais caro aos pequenos produtores do município que não recebem esse aumento.

Diante de uma situação econômica difícil muitas famílias precisavam da ajuda de seus filhos menores para conseguir o sustento da família. Na década de 90 foi realizada uma pesquisa na cidade de Várzea Nova para descobrir a real situação do trabalho infantil, constatou-se com a pesquisa que muitas crianças no município não estavam frequentando a escola, contradizendo bruscamente o que é assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no capítulo V Art. 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”³⁴. À criança e o adolescente é assegurado o direito a educação visando ao pleno desenvolvimento preparando-o para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assim, toda criança tem direito a frequentar a escola.

Segundo a Constituição Federal do Brasil em seu art. 227:

É dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal. 1998).

Analisando as narrativas, percebemos que não estava sendo cumprido no município de Várzea Nova o que era assegurado na Constituição Federal. Diante dessa problemática dos direitos da criança e do adolescente houve uma mobilização nacional oriunda da sociedade civil organizada e dos poderes Federal, Estadual e Municipal no sentido de colocar em execução os direitos assegurados na Constituição.

³⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8,069/1990.

O papel mais significativo foi o desempenhado pela sociedade civil organizada, representada por órgãos não governamentais como o MOC³⁵ e a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. Outras entidades cumpriam papel de fiscalizadoras como as Associações, os Sindicatos, as Igrejas e os Grupos de Juvenis ligados à Igreja Católica.

A mobilização na região buscava se referendar em conquistas de outros estados brasileiros que possuíam uma visão mais sistêmica do problema do trabalho infantil. Inegavelmente era uma luta a nível nacional que possibilitou várias conquistas na erradicação do trabalho infantil. Na Bahia a primeira reunião de mobilização para retirar as crianças do trabalho aconteceu em Salvador.

2.2. Implantação do PETI

No Estado da Bahia uma das primeiras regiões onde foi implantado o PETI foi o território do Paraguaçu, território que engloba os municípios de Valente, Conceição do Coité, São Domingos, Retirolândia, Santa Luz e Riachão do Jacuípe.

Essa região organizou-se para produzir tapetes, bolsas e outros produtos extraídos da fibra do sisal. Criou-se assim, a associação APAEB que valorizou a produção para o homem da roça detentor de propriedades e também para todos que dependiam dessa planta para sua sobrevivência. Segundo o folhetim nº 01 do ano de 1998:

O Programa, na Bahia, começou nos municípios de Retirolândia e Santa Luz. Depois foram incorporados os municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Valente. Hoje o Programa já atinge, no total 17 municípios.³⁶

A região a ser implantada o programa assistencial, abrangia todas as cidades pertencentes ao polígono da seca, por esse motivo afetava direta e indiretamente regiões como Várzea Nova, que possuía valores culturais semelhantes. Pouco tempo depois, o PETI incorporou os territórios da Diamantina e Nordeste, totalizando trinta mil crianças

³⁵ MOC- Movimento de Organizações Comunitárias- situada em Feira de Santana

³⁶ Folhetim informático- PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- Projeto Agente de Famílias- Convênio MOC- UNICEF. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

matriculadas no programa Estadual, conhecido por combater o trabalho e a exploração infantil.

Na década de noventa a sociedade de Várzea Nova enfrentava uma grave crise econômica, acrescida dos preços baixíssimos da fibra. Esse contexto afetava mais fortemente as famílias carentes que viviam da produção do desfibramento do sisal. O valor que era pago aos trabalhadores não era o suficiente para o sustento de suas famílias, uma circunstância crítica em que se encontravam esses trabalhadores naquele período em que os produtos extraídos do sisal estavam desvalorizados.

Iniciou-se nesse período uma mobilização a nível local mediada por representantes do poder público que tinham na Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação seus principais órgãos de defesa. As instituições municipais uniram às organizações não governamentais com a finalidade de implantar o Programa Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. O processo de conscientização iniciou abrangendo todos os sujeitos da sociedade civil como crianças, pais e entidades representadas por sindicatos, associações rurais e igrejas, além disso, foram acionados os poderes públicos a nível Federal, Estadual e Municipal.

O objetivo era retirar as crianças dos riscos do trabalho nos campos de sisal e inseri-las no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Os representantes do poder público e sociedade civil organizada iniciaram uma mobilização a nível regional com intuito de mostrar que a comunidade deveria se comprometer com o Programa.

Vários integrantes da comunidade de Várzea Nova participaram de diversas reuniões na cidade de Feira de Santana e em Conceição do Coité comprovando estatisticamente que havia uma evasão significativa de meninas e meninos do ambiente escolar. A comunidade tinha como alvo a negligência e os maus tratos sofridos pelas crianças, demonstrando através desse quadro que o município estava no perfil exigido pelo Programa e necessitando ser inserido.

A década de noventa foi de extrema importância a participação da sociedade civil organizada, a mesma foi convidada a participar de conselhos municipais para acompanhar e fiscalizar a execução dos programas federais, podendo assim, fiscalizar a execução do PETI. Segundo o folheto nº 02 do ano de 1998:

Convidam a V. S^a a participar de uma reunião que será realizada no dia 03|06|98, (Quarta- feira) às 9:00 horas da manhã, na Secretaria de Educação, onde na oportunidade trataremos da implantação do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.³⁷

Nesta oportunidade, a Secretaria de Assistência Social convocou através de ofício um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para participar da reunião que tinha o objetivo de discutir a implantação do PETI no município de Várzea Nova.

A participação da sociedade civil foi de extrema importância, pois se estabeleceu uma relação de responsabilidade entre sociedade e programas sociais, contribuindo com o poder público municipal no intuito de desempenhar com mais eficiência as atividades propostas, nesse cenário os membros da sociedade civil e do executivo auxiliaram o Grupo Gestor do PETI.

Em consequência desse processo de conscientização se realizou em Várzea Nova o primeiro seminário para discutir as faces do trabalho infantil, vários representantes das cidades circunvizinhas participaram do evento, a exemplo da cidade de Ouroândia, Umburanas, Miguel Calmon e Jacobina. “Conscientizar a sociedade sobre as consequências que o trabalho infantil causa e os benefícios que o PETI pode trazer para o município, suas famílias e as crianças envolvidas”.

Os representantes locais discutiram a situação do trabalho infantil em seus espaços e o debate proposto era buscar soluções para retirar às crianças do trabalho, procurando assim, conscientizar as famílias para a importância de suas crianças estarem na escola. “Assim, se reuniram Associações, Sindicatos, Professores e funcionários públicos ligados à Assistência Social e Saúde”.

Com a participação de vários representantes e segmentos sociais e poder público foi mobilizado toda a região de Várzea Nova e dos municípios de Mirangaba, Ouroândia, Umburanas, Morro de Chapéu, Jacobina e Miguel Calmon. A forma de abordagem do tema nas reuniões buscava esclarecer sob os perigos evidentes, quando os meninos e meninas em processo de desenvolvimento eram imersos em trabalhos ilegais, dessa forma a conscientização era geral e irrestrita para todos.

³⁷ OFÍCIO CIRCULAR- 02|06|98- Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

O Programa Estadual de Combate à Pobreza e o Trabalho Infantil foi amplamente divulgado em todas as esferas da sociedade, conscientizando a população e, acima de tudo, oferecendo às crianças uma vida de sonhos, possibilitando o aprender e estabelecer relações entre eles. O Programa PETI representava uma libertação do trabalho árduo do motor de sisal e mostrava uma nova perspectiva de vida, que incluía o sonho de ir à escola pra aprender a ler e escrever.

Dialogicamente a história local está inserida na história regional com as relações intermunicipais construindo um novo espaço. A realização do “I Seminário Regional da Região de Piemonte da Diamantina” é emblemática nesse sentido, os diversos aprendizados obtidos pelos participantes foi transmitido à comunidade pelo presidente da Comissão Estadual, pelo MOC, pelo representante do UNICEF, pelo reitor da UEFS. A mobilização da sociedade vem sendo largamente discutida dentro do universo acadêmico.

O trabalho infantil é discutido desde o século XVIII, Segundo HOBBSAWM(1988, p. 195-196):

Quanto mais vigoroso era o trabalho, tanto mais fortes eram as pressões sociais no sentido que se mantivesse dentro da sociedade, embora isso não excluísse, especialmente, no caso de grupos como o dos mineiros a ambição de proporcionar aos filhos a escolaridade que os afastaria das minas.

Alguns trabalhadores procuravam a melhoria de vida para seus filhos, proporcionando-os o ensino sistemático que representava a época o contraponto do trabalho nos campos de sisal. As pressões de representantes de entidades sociais refletem a década de 90, a qual a população varzeanovense reivindica dias melhores.

Nessa perspectiva, a plenária da Câmara Municipal esteve aberta as discussões municipais e estaduais, abertura voltada às demandas de cada município e buscando diagnosticar as conjunturas de trabalho infantil a nível regional, mas também estendendo esse diagnóstico para o nível Federal, com a participação do representante da UNICEF.

A discussão passa a ser acalorada com a concessão de benefícios a essas crianças pelo programa, a controvérsias a esses benefícios, mesmo sabendo que a concessão está ligada indissociavelmente a frequência da criança a escola, já foi comprovado que a jornada ampliada na escola cria um vínculo mais consistente com o ambiente escolar.

O ideal é um tempo ampliado na escola, mas no geral o funcionamento das escolas na região, permite às crianças estudar quatro horas dentro de um ensino regular, a diferença pode ser observada na dinâmica educativa do PETI, geralmente desenvolvida em garagens, onde funcionam em jornadas ampliadas com o oferecimento de almoço. Construindo assim, um processo educativo diferenciado com atividades esportivas e, sobretudo, valorizando a cultura local e sua identidade.

Vários segmentos sociais participavam do PETI, os mais enfáticos eram os grupos de teatro e capoeira, que nem sempre eram apoiados pelo setor público. Os debates e as propostas constituíam numa série de resoluções para combater o trabalho infantil, um pacto de compromissos de todos os atores sociais.

2.3. A mobilização da sociedade varzeanovense em torno do PETI

O historiador pode analisar diferentes fontes, fazendo assim diagnósticos e perguntas ao próprio documento para atingir seu objetivo. Nesse sentido, quais os critérios estabelecidos e em que grupo socioeconômico cada família deveria ser cadastrada? Quantas famílias participam do programa? Quantas crianças por domicílio? Qual a idade dessas crianças?

Uma pesquisa realizada em Várzea Nova no de 1997 descobriu esses dados e os apresentou a comunidade, o quadro foi o seguinte: 1.520 domicílios, 1.603 famílias participantes do programa e com um total de 7.180 de indivíduos que diretamente levavam os seus filhos para o serviço. Analisou também o nº de crianças que resultou num quantitativo de: 1.811 crianças de 7 a 14 anos, 1.304 crianças de 0 a 6 anos e 517 adolescentes de 15 a 18 anos.

O diagnóstico permite analisar quais os critérios para cada criança estar inserida dentro do programa, como pertencer a famílias de baixa renda, ter idade entre 7 e 14 anos e principalmente se trabalhavam no horário oposto ao das atividades escolares. Do mesmo modo as demandas estabelecidas para ser inserido em cada grupo como a renda per capita, o número de filhos que deixaram de frequentar a escola e a situação

econômica e social. Eram priorizadas aquelas famílias que estavam em maior situação de risco.

Entretanto, devido os critérios colocados muitas crianças não foram beneficiadas, foram incluídas no programa aqueles crianças que não trabalhavam nos campos de sisal e estavam frequentando a escola regularmente e, sobretudo, os pais acompanharam seu desempenho na escola, morando em um contexto citadino.

O município de Várzea Nova nos anos noventa é palco de inúmeras reuniões. Nesse contexto, podemos levantar diversos questionamentos, como qual a real situação do município nessa época? Por que a liderança do Conselho sempre esteve nas mãos do poder público? Essas questões proporcionam inquietações da população, pois a Secretaria de Assistência Social estava a frente do programa e tinha uma parceria com a Secretaria de Educação.

Os destinos locais são dirigidos por uma minoria local com os ricos detendo o poder e os pobres ficando a mercê das decisões finais dessa minoria. Nessa perspectiva, a educação cumpriu função revolucionária, buscando equalizar aqueles que são historicamente desiguais na sociedade.

O ano de 1998 foi marcante, pois nele houve intensas reuniões para ser implantado o PETI. A Secretaria Municipal de Educação concedeu os espaços de discussão e o tema foi amplamente discutido. O ofício enviado ao Sindicato mostra que a entidade sempre participava desses espaços, segundo consta: “Convidamos V. Sa, para uma reunião da Comissão Municipal de Prevenção do Trabalho Infantil que será realizada nesta Sexta-Feira, dia 13|11|98 às 14:00 horas na Secretaria Municipal de Educação”³⁸. O Sindicato estabeleceu relações entre o executivo e entidades não governamentais.

Mas o poder público sempre apresentava problemas na execução do Programa, tanto no pagamento quando o Governo Federal repassava o dinheiro para o Governo Estadual, quanto no processo de repasse do dinheiro que demorava de chegar aos cofres do município, causando assim, uma desprogramação das famílias e da Secretaria de Assistência Social.

³⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA- Of. Circular. Várzea Nova, 12 de novembro de 1988. Arquivo pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

Esse contexto ocasionava diversos conflitos entre famílias e funcionários dos órgãos gestores, especialmente com os regentes de classe, aqueles que trabalhavam na jornada ampliada. É sabido que as famílias recebiam 50,00 por criança, a família ficava com 25,00 reais e o restante era repassado para o cofre público na responsabilidade da secretaria de Assistência Social. O Grupo Gestor tinha a responsabilidade pelo restante do dinheiro, sendo um incentivo para a compra de material didático e na compra da alimentação que eram distribuídas na jornada ampliada.

Diante das dificuldades encontradas, as famílias se irritavam com os atrasos no pagamento do benefício assistencial do Programa PETI. As mães constantemente reclamavam o atraso do dinheiro para os membros da Comissão Municipal, pois esses funcionários eram a quem elas tinham acesso recorrendo no momento de desespero e angústia.

Nesse período, a população de Várzea Nova se mobilizou com o auxílio de representantes do Sindicato Rural, esta entidade, todos os dias recebia reclamações sobre o funcionamento da Jornada Ampliada do PETI, as reclamações não eram somente pelo atraso no pagamento, mas também pelas condições da alimentação oferecida.

As reclamações vinham em sua maioria dos alunos da zona rural que muitas vezes só tinham aquela alimentação e esta não estando apropriada, causava um desconforto terrível nas suas rotinas. Sendo assim, as famílias da zona rural fizeram a seguinte proposta: que os alimentos deveriam ser cozidos no próprio povoado evitando que alimentação sofresse alteração em consequência do transporte e do calor excessivo.

A comunidade se conscientizou da importância da participação de todos para um bom funcionamento do programa no município. Mas houve diversos conflitos com as autoridades locais, sobretudo com a Secretária de Assistência Social na pessoa de Auristela da Silva Carneiro, que era esposa do prefeito da cidade. Em resposta a esses conflitos, Auristela Carneiro convocou uma reunião para alguns esclarecimentos.

Em ofício enviado a secretaria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Assistência Social em nome de Auristela Carneiro questionava: “Não entendo o porquê de mães procuravam apenas o Sr. Sebastião do Sindicato sendo que a Comissão é

formada por 12 pessoas, 06 da sociedade civil e 06 do poder público”³⁹. Com a falta de confiança nos representantes da prefeitura as mães sempre procuravam a direção do STR para ajudar a resolver os problemas com o PETI.

Por sua vez, a presidente do Grupo Gestor indignada, respondeu a referida secretária: “Outra coisa, quem responde pelo pagamento é o grupo Gestor e o Sr. Sebastião não parte dele. Mas já que vão até o Sindicato é porque confiam nele para ajudar, não custa nada darem o telefone ou até mesmo ligarem para Salvador para que possam saber o que está acontecendo”⁴⁰. A sociedade de Várzea Nova, naquele momento, não acreditava nas palavras dos membros do Grupo Gestor, pois os mesmos não davam respostas concretas.

Esses conflitos entre poder público e sociedade civil, sempre estiveram presentes em diversas discussões para benefícios de famílias carentes. O poder municipal era o responsável pelo programa no município, mas diante da pressão social e inconformados com as notícias do andamento do programa o povo começou a se mobilizar para resolver as dificuldades.

A secretária insistia nos seus questionamentos, informando que o papel do Sr. Sebastião “Como membro da Comissão e não como Grupo Gestor tem o papel de ir até a cozinha fiscalizar a comida já que para essas mães, está péssima”⁴¹, mas uma vez as discussões continuavam acaloradas no sentido da alimentação.

Ressalta-se que as mães queriam uma alimentação de boa qualidade e não o que o programa não poderia fornecer. A estratégia da secretária era se mostrar poderosa frente aos cidadãos varzeanovenses, aproveitando-se do seu “título” enquanto primeira dama do município.

Passado os primeiros conflitos, outro documento encontrado no arquivo do Sindicato diz: “Venho através deste, solicitar de V. Sa. informações a respeito de uma reunião ou de um documento feito por essa entidade com assinaturas das mães das crianças que foram contempladas no sisal. São várias versões de rua, por isso solicito

³⁹Ofício. Está narrativa encontra-se no ofício nº 02 do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

⁴⁰ Idem 5

⁴¹ Idem 5

explicações⁴², em contrapartida a população denunciava as ações do representante do poder municipal.

A região sofria com a estiagem prolongada, muitas famílias dependiam da bolsa auxílio para custear as despesas da casa. As famílias carentes fizeram várias denúncias contra as ações do executivo, a lideranças das denúncias era referente ao atraso do pagamento e com a alimentação fornecida.

Segundo informações que constam numa ata:

Venho por meio desta, informar que não houve nenhuma reunião muito menos documento feito por esta entidade com assinaturas de mães das crianças que foram contempladas. O que houve foi o seguinte: Mães insatisfeitas com o atraso do pagamento e segundo elas uma alimentação péssima vieram até o Sindicato cobrar de Sebastião uma explicação, onde você mesma poderia passar para elas o que está acontecendo.⁴³

Assim recorriam à entidade classista, sempre que possível, e a entidade por sua vez estava à disposição das mães para as reivindicações em busca de apoio social. A instituição constantemente defendeu os interesses dos trabalhadores rurais, o sindicato era um lugar de apoio para se buscar soluções nas dificuldades encontradas, neste período os pais trabalhavam no sisal e gradativamente retiraram seus filhos do trabalho, dando-os uma nova perspectiva de vida.

2.4. Os desafios do programa social

A implantação do Programa PETI veio com um processo de valorização da cultura local, principalmente os produtos oriundos da cultura sisaleira como as já referidas bolsas e tapetes. Nesse aspecto o programa estava de acordo com seus pressupostos de valorização da realidade local e a assistência irrestrita as crianças necessitadas. Nessa perspectiva, o programa transcendia a função exclusiva de retirar os menores dos trabalhos diários no motor de sisal, passando a conscientizar seus pais a matriculá-los na escola regular.

⁴² Esta narrativa encontra-se no ofício de 22 de janeiro de 1999, arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

⁴³ Esta narrativa encontra-se na ata de 28 de setembro de 1998 – arquivo do Sindicato.

O programa estava em consonância com o governo que investia em benefícios sociais com o intuito de amparar as crianças carentes, em consonância também com a administração pública municipal, que repassava às verbas as famílias. Apesar das famílias constantemente reivindicarem melhorias na gestão dos recursos.

Ficam algumas questões em aberto diante de tal exposição: Qual o papel das mães na educação dos seus filhos? Os pais estavam acompanhando o desenvolvimento das crianças na escola? As crianças conseguiram superar os traumas do trabalho no motor de sisal?

A discussão constante em torno do pagamento do benefício era sintomática de uma gestão de recursos incompetentes, por esse motivo nas ruas da cidade os moradores comentavam sobre tal situação. Certamente esse cenário incomodava as autoridades que não conseguiam conter a insatisfação das genitoras que “Como diz são versão de rua, estou com a lista de assinaturas onde apenas comprova uma cobrança do Sr. Sebastião porque ele faz parte da comissão do programa.”⁴⁴ Nesse momento, Sebastião o presidente a época representava a classe trabalhadora, isto é, todos aqueles que direta ou indiretamente vivam do benefício.

A instituição social era dirigida por lavradores analfabetos, mas a população de Várzea Nova confiava neles, pois eram homens honestos e humildes que lutavam pelos direitos de todos. Membros da direção do STR orientavam as mães a procurar a Secretaria de Assistência Social para tentar resolver as demandas apresentadas.

Em documento escrito a punho e assinando por vinte e oito mães, demonstrava que constantemente havia uma cobrança dos quatro meses de atraso e uma péssima alimentação: “Relação de Mães que procuram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova para ter informações sobre o dinheiro do programa de erradicação do trabalho Infantil que já tem 04 meses sem receber”⁴⁵. Esses conflitos existentes em meio a uma sociedade em que recorriam somente aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dessa localidade, pois não denunciavam as questões ao Ministério Público com medo das represálias do poder local.

⁴⁴ Idem 5-

⁴⁵ Ofício pertencente ao arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O sindicato recebeu um documento onde contava o seguinte: “Reunião MOC e STR do PETI para discussão do Programa de Agentes de Família”⁴⁶, das propostas para articular as UJAS; fortalecendo a sociedade civil por meio do Fórum. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) da região de Senhor do Bonfim.

Nessa assembleia, os órgãos citados acima estabeleceram diálogo com entidades não governamentais que sempre estiveram militando em defesa dos direitos das crianças em conformidade com o Estatuto da Criança e do adolescente. Especialmente atuando para incluir meninos e meninas no processo de ensino-aprendizagem.

As lideranças do município selecionaram jovens capacitados para dar assistência intelectual às famílias cadastradas no PPETI. A atuação dos jovens nos 17 municípios e nas comunidades eram de extrema importância para a conscientização da população dos danos causados as crianças de uma rotina de trabalho árduo, como também os efeitos prejudiciais causados pela não frequência dessas crianças a escola.

As entidades que participaram da mobilização foram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as Associações Comunitárias, o MOC, a CUT-BA, a APAEB, a FETAG, os Pólos Sindicais e o Governo Municipal, Estadual e Federal, todos unidos para combater o trabalho infantil. A participação dos representantes foi de suma importância nas reuniões municipais, foram eles que levaram a proposta para unificar as reivindicações nas plenárias estaduais.

Segundo o conteúdo do ofício, o projeto Agente de Família era caracterizado por:

Um agente comunitário (a) é uma pessoa que contribui para dinamizar o processo de participação comunitária, E no caso do Agente de Família junto ao programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil, ele vai trabalhar com as famílias para que elas possam participar melhor do próprio programa.⁴⁷

A liderança do Agente de Família buscava ajudar o grupo a entender sua realidade o que acabou mudando radicalmente o programa. A participação coletiva era uma premissa básica e com todos trabalhando junto, o projeto só fez avançar.

⁴⁶ Ofício publicado em 03 de março de 1999.

⁴⁷ Ofício nº 03, Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Nova.

A criança que antes vivia numa realidade de trabalho passou a desfrutar de sua condição de sujeito em desenvolvimento, com apoio dos agentes de família que direta e indiretamente conscientizavam seus pais da importância da criança frequentar a escola.

São variadas as tarefas do agente de família como refletir com os pais o papel do agente de família no programa, acompanhar as crianças até a escola, acompanhar a jornada ampliada, ajudar as crianças a entender o papel da jornada e da escola. Destacamos também que o agente é um orientador da comunidade e que a população deve fiscalizar o programa.

As questões a serem diagnosticadas e cumpridas pelos jovens atuantes devem ser executadas por meio de visitas nas casas e através da realização de reuniões, eventos e principalmente que esteja ligado aos integrantes do grupo gestor e a comissão municipal.

Uma parceria que viabiliza a sociedade civil está mais organizada para fiscalizar e contribuir com o programa. Mas essa discussão era centralizada no poder público, que não permitia a participação da sociedade, representada pelas Instituições, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações Rurais e Urbanas, Igreja Católica e Igreja Evangélica, todas representadas por algum líder.

A parceria entre o MOC e o Sindicato Rural no município foi frutífera, a credibilidade das entidades junto ao Governo Estadual era visível. Com a instituição não governamental, exercendo função administrativa do Programa Agente de Família e as instituições locais escolhendo os Agentes de Família da sede e zona rural.

O sindicato geriu o programa e foi responsável no desenvolvimento e acompanhamento dos Agentes, a competência dos jovens nas atividades realizadas junto à população foi fator decisivo na credibilidade e confiança do povo na entidade. O aumento da renda familiar com a ajuda de custo repassada pelo Governo Federal era essencial, constituindo-se em um incentivo econômico para erradicar o trabalho infantil.

Segundo as discussões de Thompson(1988, p. 67):

Podemos demonstrar que o salário real do camponês ou do carroceiro regularmente empregados aumentou durante este período, ao mesmo tempo, o aumento da população nas vilas, com o trabalho eventual e o desemprego gerou um aumento absoluto no número de pobres.

O camponês não foi empregado, recebeu um auxílio mensal para retirar as crianças do trabalho braçal. Uma boa parcela da população de Várzea Nova vivia no meio rural e a grande maioria vivia na cidade exercendo atividades eventuais. Destaque para os peões de sisal que a cada dois meses saiam das fazendas a procura de campos de sisal para desfilamento do agave.

Do ponto de vista assistencialista, os Programas Sociais de combate ao trabalho infantil vêm sendo amplamente divulgados, conscientizando a todos que as crianças viviam expostas aos abusos e exploração. A criança e o adolescente tem o direito de frequentar a escola e principalmente de viver a sua infância.

Portanto a criança não pode ser mais considerada apenas como um adulto pequeno, mas precisa de cuidados especiais, que inclui atenção, carinho, acesso ao lazer, à educação, à saúde, ao direito de praticar esporte e ao direito de brincar. Assim, o mais importante é que tudo isso não deve ser entendido unicamente como responsabilidade da família, mas também do Estado e da sociedade.

Enfim, temos um dilema, como construir essa noção de direitos da criança numa sociedade que encara o trabalho infantil como natural e até produtivo? Essa é uma resposta que fica para outras pesquisas, que com certeza se debruçarão sobre esta temática, dando um outro direcionamento a esta problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa busquei analisar o trabalho infantil na cidade de Várzea Nova-BA, entre as décadas 1970 a 1990 embora não foi possível abranger de maneira detalhada todos os questionamentos que esse período demanda sobre a cultura sisaleira e exploração infantil, focalizando sem julgamentos de valor a cultura sisaleira que

alimentou por muitos anos toda uma região e seu povo. Atualmente a cultura sisaleira está em franco declínio, mas é sabido que a cidade de Várzea Nova foi uma das maiores produtoras de sisal do estado da Bahia, registrando níveis satisfatórios de desenvolvimento em decorrência da pujança econômica advinda do sisal. Os tempos de prosperidade da cultura sisaleira não faz referência às décadas de 1970 e 1980, delimitação temporal que foi marcada pela violação dos direitos da criança e do adolescente, onde um imenso número de crianças trabalhavam para ajudar seus pais no sustento da familiar.

A escrita histórica desse trabalho de conclusão de curso foi construída a partir da memória de cada sujeito que vivenciou na pele a dura realidade de ser uma criança trabalhadora, crianças desprovidas dos direitos básicos que assegurariam sua condição de pessoa em desenvolvimento. Sendo assim, toda a escrita foi tecida pela oralidade, elemento preponderante em minha pesquisa, fonte que extrai dos sujeitos o que é de mais singelo. Nessa perspectiva, percebo em meu trabalho a importância da oralidade com todas as suas imperfeições, que obviamente as Universidades tentam corrigir cumprindo o seu papel de formadora do indivíduo. Houve nessa pesquisa, no meu ponto de vista, uma verdadeira conciliação entre a escrita e a oralidade, fruto de uma pesquisa que ouviu pessoas com uma série de imperfeições que são próprias do ser humano.

Finalizo essa escrita com o sentimento de dever cumprido, pois sei que a discussão que propus é de extrema importância para a historiografia sobre o trabalho, mas notadamente para aqueles que compõem o segmento menos favorecido da sociedade. Meu desejo é que o trabalho infantil deixe de ser uma realidade, que assola nossas crianças e passe a ser uma prática em total desuso em nossa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suzana Souza Moreira de. **“Memória e trabalho no sertão: A peleja de pequenos agricultores do sisal”**, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p. Série Estudos Brasileiros.

CERTAU, Michel de. **Invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FARIAS, Sara Oliveira “**Memória e história: interações possíveis**” in OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.

FARIAS, Sara Oliveira. **Enredos e tramas nas minas de ouro em Jacobina**. Recife: Ed: Universitária da UFPE, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. Editora Paz e Terra. 3º Ed. Rio de Janeiro, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Suzana Ferreira Borges [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIRA, Silvano Fidelis de. “**Mulheres de fibra: Sensibilidades e histórias de vida na produção do sisal em Cubati – PB (1950-1980)**”. Artigo (UEPB).

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral**. 5º ed. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

MIRANDA, Gilbert Patsayev Marreiro. “**Agave sisalana, o ouro verde do sertão: O mundo do trabalho e os espaços de resistência narrados pela memória dos velhos sisaleiros do semi-árido paraibano (1970-1990)**”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revestida**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo, Ática. 1986.

NASCIMENTO, Cassiano Nascimento. **“A APAEB-Valente e os “sisaleiros”:
trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)”**. Dissertação de
Mestrado Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2014.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos.
História Regional e Local: discussões e práticas. Editora Quarteto -Salvador 2010.

RIOS, Eduardo Dias. **A subsistência pela fé: a interferência presbiteriana na
formação política, econômica e social da cidade de Várzea Nova-BA**. Dissertação de
Mestrado, Programa de Mestrado em Ciências da Religião; Universidade Católica de
Pernambuco; Recife; 2015.

SANTANA, Charles d' Almeida. **Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano
e migrações**. Bahia 1950-1980- São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Martins. **“Os Trabalhadores em Movimento: Sindicalismo em Várzea
Nova”**. Monografia de graduação, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2011.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. **“Trabalho Infantil: aspectos sociais, históricos e
legais”**. Olhares Plurais- Revista Eletrônica Multidisciplinar, vol. 01, nº 01. 2009.

THOMSON, Alister; Frisch e Hamilton. **“Os debates sobre memória e história
alguns aspectos internacionais”**in FERREIRA, Marieta de Moraes, Amado, Janaina.
Usos e abusos da história oral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa II: A maldição de Adão**.
2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERENA, Alberti. **“Histórias dentro da História”** in PINSKY, Carla Bassanezi.
Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

FONTES:

Sabia Sabiá? Ações complementares à escola. (Cartilha de apoio aos monitores). Projeto Axé, OIT, Movimento de Organizações Comunitária- MOC, UNICEF. Salvador-Bahia, 1998.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/1990. Salvador: Editora Egba, p 1- 80.

Lei Orgânica do município de Várzea Nova - Bahia. Instituída no ano de 1990, p 1- 90. Arquivo Publico Poder Legislativo da cidade de Várzea Nova - Bahia.

Orais:

Ana Paula da Silva Conceição, casada, lavradora, idade 41anos, residente na Fazenda Conceição.

Sivailda Pereira de Jesus, casada, lavradora, idade 45 anos, residente na Fazenda Arrecife.

Genival Vitório Amorim, casado, lavrador aposentado, idade 50 anos, residente no Povoado de Salinas.

Valternei Carvalho Pinto, casado, lavrador, idade 59 anos, residente na Rua Marival Gonçalves.

Iconográficos:

Foto 1: Benção do primeiro motor de sisal de Várzea Nova

Foto 2: Registro dos cortadores e carregadores de palha de sisal

Foto 3: O trabalho do “*cevador*”.

Foto 4: As várias atividades do “*resideiro*”

Foto 5: Local onde estende a fibra

Foto 6: O trabalho desempenhado por mulheres

Foto 7: Escolas e Movimentos sociais desfilando no 7 Setembro em Várzea Nova, destaque para a bandeira com um desenho de sisal entre as bandeiras do Brasil e da cidade